CICLOS POLÍTICO ORÇAMENTÁRIOS: UM ESTUDO PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 2000/2008

SIBELE LEANDRA PENNA SILVA[*]
WALMER FARONI[**]

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento dos gastos públicos dos municípios mineiros e a relação de suas flutuações com o calendário eleitoral. O estudo é predominantemente quantitativo, descritivo e bibliográfico, tendo sido utilizados dados secundários coletados através de sítios eletrônicos de órgãos oficiais. Analisou-se o comportamento dos gastos municipais mineiros para o período de 2000-2008, englobando três eleições municipais, a fim de detectar comportamentos cíclicos na condução da política fiscal. Através de uma abordagem econométrica de dados em painel, foram testadas as Despesas Orçamentárias, os Gastos Sociais e Gastos Econômicos visando verificar a ocorrência de possíveis manipulações de caráter eleitoral executadas pelos governantes. Os resultados sugerem que, para os municípios do estado de Minas Gerais, o calendário eleitoral exerce influência estatisticamente significativa sobre o comportamento dos gastos públicos.

PALAVRAS-CHAVE: finanças públicas; ciclos políticos orçamentários; dados em painel.

ABSTRACT
POLITICAL BUDGET CYCLES: STUDY FOR THE MUNICIPALITIESOF THE STATE OF MINAS GERAIS – 2000/2008

The aim of this study is to analyze the behavior of public spending in those cities and the relationship of its fluctuations with the electoral calendar. The study is primarily quantitative, descriptive literature, having been used secondary data collected from sites of official bodies. We analyzed the behavior of municipal expenditure for the mining period 2000-2008, comprising three municipal elections, in order to detect cyclical behavior in the conduct of fiscal policy. Through an econometric approach to panel data, we tested the Expenditure Budget, the Economic Costs and Social Expenditure in order to verify the occurrence of possible manipulations of electoral nature performed by the rulers. The results suggest that for the municipalities of Minas Gerais, the electoral calendar has statistically significant influence on the behavior of public spending.

KEYWORDS: public finance; political budget cycles; panel data.

INTRODUÇÃO

A análise integrada dos sistemas político e econômico tem validado a hipótese pela qual os resultados das eleições tendem a ser influenciados pelo desempenho da economia. Nesse sentido, pode-se evidenciar tal fato com a seguinte pergunta: os governantes anunciariam medidas como o aumento de tributos, desvalorização cambial ou "política econômica restritiva às vésperas de uma eleição? Certamente, não". (PREUSSLER, 2001, p.9).

Assim, a teoria econômica, bem como as ciências políticas, tem estudado o fato de que, no intuito de atender aos seus objetivos individuais, nos períodos próximos às eleições, os gestores passam a atuar de forma a convencer os eleitores de que seu governo é necessário e adequado às necessidades e desejos da sociedade. O comportamento dos políticos frente ao calendário eleitoral foi alvo das primeiras discussões com os trabalhos de Kalecki (1943), Akerman (1947) e Downs (1957), pioneiros na apresentação de modelos formais que explicassem o impacto dos fatores políticos na economia.

Na década de 1970, desenvolveu-se a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos Tradicionais, representada por dois modelos: Oportunistas e Partidários. O primeiro modelo foi desenvolvido por Nordhaus (1975), para o qual os políticos agem visando unicamente o atendimento de seus interesses individuais para manutenção no poder; e, o segundo modelo, apresentado por Hibbs (1977), sugere que as políticas públicas são implementadas pelos governantes como forma de atender e garantir a manutenção da ideologia partidária à qual pertencem. Ambos consideram a hipóteses de votantes com expectativas adaptativas, pois eles teriam memória curta em relação a questões macroeconômicas, tomando suas decisões eleitorais com base no passado.

Na década de 1980, surgiu a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos Racionais, também dividida em dois modelos: Oportunista, representado por Rogoff e Sibert (1988) e Partidário, desenvolvido por Alesina

[*] Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis de Ponte Nova – FACCO, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Atualmente é coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Minas – FAMINAS (Muriaé-MG), professora da Faculdade Dinâmica de Ponte Nova e consultora na área pública e gerencial.

[**] Graduado em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – UFV e Doutor em Administração pela Universidade de Valência – Espanha. Atualmente é Diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa.

(1987). Ambos consideram a hipótese do comportamento racional por parte dos eleitores, os quais entendendo a realidade político-econômica tomam suas decisões com base na antecipação das ações governamentais.

Dessa maneira, os modelos de ciclos políticos podem ser classificados em função do comportamento político em partidários ou oportunistas, e designados em função das hipóteses adotadas sobre as expectativas dos agentes, em tradicionais e racionais.

Tendo como objetivo central analisar o comportamento dos gastos públicos dos municípios mineiros frente ao calendário eleitoral, através da identificação de flutuações temporais nos mesmos, o presente trabalho visa responder a seguinte questão de pesquisa: Em que medida os gastos públicos dos municípios mineiros são influenciados pela ocorrência de eleições municipais?

1 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICO ECONÔMICOS

A ênfase teórica dos Ciclos Político-Econômicos repousa sobre as causas e efeitos da interação entre decisões econômicas e considerações políticas. A relação interativa entre os setores econômico e político é realçada pela mesma, a qual explicita o fato de que, como a evolução da economia exerce influência sobre o setor político, este também determina o desempenho do setor econômico.

O primeiro modelo, proposto por Nordhaus (1975), parte da hipótese de que os políticos são motivados pelo desejo de permanecer no cargo, pelo que irão adotar as políticas que agradem o maior número de eleitores com vistas ao sucesso nas eleições. “Os políticos são oportunistas, pois implantam políticas com objetivo exclusivo de serem reeleitos ou elegerem um sucessor; e os ciclos são denominados eleitorais, pois é a proximidade de eleições que os provoca”. (MELO, 2006, p. 14).

A segunda corrente desenvolvida por Hibbs (1977) propõe que os políticos são motivados pela sua própria ideologia ou do grupo de eleitores que eles representam. “Neste caso, eleger um político significa eleger uma política específica, pois os políticos procuram se eleger com o objetivo de implantar políticas que privilegiem seus eleitores”. (MELO, 2006, p. 15).

No modelo oportunista, a motivação dos políticos é exercida pelo desejo de permanência no poder, sendo atribuída pouca importância à política que será adotada ou às ideologias partidárias. Já nos modelos partidários, o político deseja ser eleito para implantar um determinado programa, que ele acredita ser melhor, e que favorecerá seus eleitores.

Dessa maneira, o motivo pelo qual os políticos desejam ter sucesso nas eleições e implantar determinadas políticas passa ser a questão central dos modelos: são consideradas ideologicamente boas ou são adequadas para manter-se no poder. Na realidade, parece difícil separar estes dois comportamentos, pois nem mesmo o mais ideológico dos políticos pode implantar seu programa sem ganhar eleições e, portanto, está sujeito a alguma dose de oportunismo no seu comportamento. (DRAZEN, 2000).

1.1 MODELOS RACIONAIS

Em meados da década de 1980, com base na teoria das expectativas racionais nas Ciências Econômicas e na Teoria dos Jogos, os estudiosos dos ciclos políticos econômicos passam a levar em consideração a possibilidade de “eleitores racionais”, ou seja, eleitores que não são ingênuos e baseiam seus votos a partir das perspectivas de desempenho futuro dos governantes.

> Os eleitores agora analisam a competência do governante a partir de sua maneira de administrar a máquina pública. O *policymaker* estaria, então, preocupado em sinalizar o seu “tipo” para o eleitorado, manipulando os instrumentos de política macroeconômica ou os instrumentos de política fiscal. (VASCONCELLOS, 2006, p. 23).

A hipótese de que os agentes não são surpreendidos sistematicamente com relação às decisões de política econômica acabou impulsionando a corrente dos ciclos políticos eleitorais com expectativas racionais.

1.1.1 Modelo dos Ciclos Político Orçamentários

A teoria de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) iniciou a análise de ciclos político-econômicos em qualquer nível de governo e sob um leque diversificado de variáveis fiscais.

Os modelos apresentados para os ciclos político-econômicos basearam-se em curvas de Phillips de curto prazo e eficácia de políticas monetárias expansionistas. Rogoff e Silbert (1988) e Rogoff (1990) elaboraram, alternativamente a estes fundamentos, propostas em que os ciclos político-econômicos devem ser observados nos instrumentos da política fiscal, pois em anos eleitorais os políticos tendem a reduzir impostos, elevar gastos públicos e aplicar recursos em projetos perceptíveis, como obras, saúde e educação, “criando o que denominaram ciclos político orçamentários (*political budget cycles*)”. (PREUSLLER, 2001, p. 32).

> Rogoff e Silbert (1988) e Rogoff (1990) foram os primeiros a formular modelos de ciclos político orçamentários, nos quais os instrumentos da política fiscal são utilizados para sinalizar a competência do governante. Em Rogoff e Silbert (1988) a sinalização ocorre através da diminuição de impostos e do aumento da senhoriagem ou de empréstimos menos visíveis, induzindo um padrão cíclico de corte de impostos antes das eleições, e de inflação e elevação da dívida posterior a elas. Em Rogoff (1990), por sua vez a sinalização é feita por meio de modificações na composição orçamentária, aumentando-se o gasto público em itens mais visíveis, como transferências, consumo e serviços e diminuindo-se o gasto com investimentos, cujos resultados exigem mais tempo para serem percebidos pelo eleitorado. (NAGAKUMA, 2006, p. 4)

De acordo com Meneguin e Bugarin (2001), essa teoria focou a estratégia do governante não na política monetária, mas sim na política fiscal, como a carga tributária, as transferências governamentais e as despesas correntes do governo, concluindo que o governante tende a distorcer a política fiscal, cortando tributos, aumentando transferências e promovendo gastos que tenham visibilidade imediata.

Conforme apontam Cançado e Araújo Júnior (2004), de acordo com a abordagem dos ciclos políticos orçamentário, em época de eleições os governantes frequentemente se dedicam a uma série de ações que ampliem a visibilidade de sua competência; para tanto, distorcem as políticas fiscais cortando impostos, aumentando as transferências diretas e expandindo os gastos de imediata visibilidade dos eleitores.

Assim, ao corroborar com a idéia de que o governo não é um agente benevolente que atua visando unicamente à maximização do bem estar social e, sim, uma entidade com interesses próprios, e que tem também o objetivo de manter-se de forma legítima, a Teoria dos Ciclos Político Econômicos oficializa a inter-relação que se estabelece entre os sistemas político e econômico.

A ação dos governantes tem, segundo as diferentes correntes da teoria, dois objetivos distintos ao buscar a maximização da função de utilidade dos políticos: permanecer no poder ou implementar suas ideologias partidárias.

Dessa forma, da inter-relação entre a política e a economia e das motivações dos políticos resultam flutuações cíclicas na economia, motivadas pelo setor político, cujas características variam em função das motivações dos governantes, podendo tais oscilações apresentarem-se tanto na esfera federal, quanto nas esferas estaduais e municipais.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo situa-se no campo das Ciências Sociais, na linha de pesquisa de contabilidade e finanças, cuja investigação consiste em desenvolver o conhecimento empírico, envolvendo a sistemática com que os gestores públicos autorizam os gastos, considerando fatores não econômicos, sob o enforque da Teoria dos Ciclos Políticos Econômicos.

Na investigação, buscou-se entender os acontecimentos a partir do conhecimento empírico já existente, tendo-se adotado o paradigma positivista, o qual pressupõe que a sociedade na qual se vive é real e que as coisas acontecem segundo uma ordem correta (HAIR, 2005)

Para Richardson (1999), a abordagem quantitativa de pesquisa desenvolve-se por meio do emprego da quantificação, desde a coleta das informações até a análise final por meio de técnicas estatísticas, caracterizando-se este estudo como predominantemente quantitativo, pois está focado na mensuração de fenômenos.

A investigação apresentada objetivou analisar a relação existente entre gastos públicos e fatores políticos, classificando-se como pesquisa descritiva, a qual “tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis”. (GIL, 2002, p. 70).

Em relação aos meios utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa, caracterizam-na como bibliográfica, cujo “referencial é construído com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, dissertações, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2005, p. 48); e documental, pois também “vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” (GIL, 2002, p.45).

2.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA E COLETA DE DADOS

O escopo da presente pesquisa é a análise das variações nos gastos públicos a partir de fatores políticos, tendo-se adotado como unidades de análise os entes políticos federativos municipais.

No que diz respeito à população considerada no trabalho, constitui-se a mesma dos municípios do Estado de Minas Gerais, delimitando-se a dimensão temporal ao período de 2000 a 2008, espaço que abarca três eleições municipais, ocorridas respectivamente nos anos de 2000, 2004 e 2008.

Para a inclusão dos municípios no estudo, considerou-se apenas àqueles que possuíam dados completos para todo o período, por constituir-se no "tratamento mais simples e direto para lidar com dados perdidos é incluir somente as observações com dados completos". (HAIR *et al.*, 2005, p.62). Dessa forma, foram incluídos na análise 604 municípios, correspondente a 71% dos 853 municípios existentes no Estado de Minas Gerais.

Os dados propostos para análise nesta pesquisa são secundários, tendo sido obtidos a partir de bancos de dados disponíveis nos sítios eletrônicos de órgãos oficiais.

Os dados orçamentários, quais sejam: as despesas orçamentárias, receitas orçamentárias, gastos econômicos e gastos sociais, foram obtidos do banco de dados da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que trata das Finanças do Brasil – Receitas, Despesas e Dados Contábeis dos Municípios (FINBRA).

As informações de natureza econômica e demográfica utilizadas: PIB *per capita,* população municipal e deflator interno do PIB, foram obtidas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os dados referentes à situação de saúde e educação, número de matrículas e de escolas municipais, número de consultas por habitante, foram coletados junto ao banco do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Os valores monetários correntes foram transformados em valores reais de 2000 por meio do deflator implícito do PIB[1], conforme efetuado por Vasconcellos (2006), tendo sido as variáveis transformadas em valores *per capita*, visando corrigir distorções devido às diferenças de porte entre os municípios.

2.3 VARIÁVEIS E DEFINIÇÕES

Com base nos objetivos propostos de analisar o impacto de variáveis políticas sobre o comportamento das finanças públicas, as variáveis definidas dividem-se em variáveis independentes, que representam o "fator, causa ou antecedente que determina a ocorrência do outro fenômeno, efeito ou ocorrência"; e variáveis dependentes, que representam "o fator, propriedade, efeito ou resultado decorrente da ação da variável independente". (CERVO, BERVIAN, 1983, p. 83).

Como variáveis dependentes, selecionou-se para realizar-se a análise de seu comportamento: Despesa Orçamentária, Gastos Sociais e Gastos Econômicos[2].

Em relação às variáveis independentes, selecionou-se a receita orçamentária, PIB *per capita,* média de consultas por habitante como *proxy* da oferta de bens e serviços de saúde, o número de matrículas e a quantidade de escolas como *proxy* da oferta de serviços de educação.

Para captar o ciclo político eleitoral em toda sua extensão, considerou-se, em lugar de *dummies* de ano calendário, *dummies* de ano eleitoral, conforme utilizado por Nakaguma (2006), ao estudar o modelo dos ciclos políticos para os municípios do país, propondo-se como anos de interesse eleitoral, os anos pré-eleitoral, eleitoral e imediatamente pós-eleitoral.

Assim, a *dummy* associada aos anos de 2000, 2004 e 2008 assume valor 1 em tal ano e valor 0 nos demais períodos, e dessa forma sucessivamente para cada um dos demais períodos de interesse eleitoral.

Considerou-se também a coincidência partidária dos prefeitos com o governo estadual e federal, conforme análises implementadas em estudos anteriores, que apontam para evidências de que tal alinhamento constitui-se em fator de natureza política que pode afetar a gestão do orçamento público, principalmente quando se considera a elevada dependência política e econômica dos municípios brasileiros.

Assim, incluiu-se duas *dummies* políticas: uma *dummy* assume valor 1 caso o prefeito e o governador pertençam ao mesmo partido ou coligação partidária e valor 0 caso contrário; e, uma *dummy* assume valor 1 caso exista alinhamento partidário entre o prefeito e o presidente da república e valor 0 caso não haja coincidência.

2.4 TRATAMENTO DOS DADOS E ANÁLISES ESTATÍSTICAS

O tratamento estatístico dos dados foi realizado através de regressão múltipla, conforme feito por Melo (2006), Sakurai (2004) e Nagakuma (2006), em estudos que tratam da temática de ciclos políticos, visando avaliar "o grau e o e o caráter da relação entre variáveis dependentes e independentes, com vistas a determinar a importância de cada variável explicativa na variável dependente" (HAIR JR *et al.*, 2005, p. 127).

[1] Deflator refere-se a qualquer índice de preços utilizados para equiparar valores monetários de diversas épocas ao valor monetário de uma determinada época base. O deflator interno do PIB é obtido pela razão entre o PIB Nominal e PIB real.

[2] Conforme divisão apresentada por Rezende (2001): I - Gasto Mínimo: corresponde à parcela de gastos governamentais em políticas públicas consideradas como de domínio exclusivo do governo (bens públicos puros); II - Gasto social: corresponde à parcela do gasto em políticas públicas destinada à provisão de bens e serviços meritórios ou do tipo quase-públicos; III - Gasto econômico: corresponde à parcela do gasto que diz respeito a atividades econômicas nas quais, tecnicamente, o governo não teria necessidade de se envolver (bens privados), mas o faz visando promover ajustamentos no sistema econômico.

Utilizou-se nas regressões os métodos de estimação para dados em painel, "utilizados para fazer a análise quantitativa de dados temporais e seccionais, através de dados combinados, cujo um tipo especial é os dados em painel, que representam uma mesma unidade *cross-sectional* pesquisada durante um período de tempo". (GUJARATI, 1995, p. 11-12).

Considerou-se para fins de análise, conforme apontado na definição da população e amostra do estudo, apenas as unidades que possuíam todas as informações em todos os períodos, realizando-se as estimações para um painel balanceado, conforme feito por Sakurai (2004), ao analisar o impacto de variáveis políticas sobre o resultado das eleições no municípios brasileiros.

No estudo utilizou-se um modelo de dados em painel com efeitos fixos, de acordo com o trabalho de Melo (2006), ao analisar os determinantes políticos das finanças públicas estaduais, incluindo-se na análise o universo dos municípios mineiros e não uma amostra. A confirmação da consistência do método de efeitos fixos foi feita pela realização do Teste de Hausman, cujas hipóteses são: H_0 = os estimadores do modelo de efeitos fixos e do modelo de efeitos aleatórios são ambos consistentes, mas o de efeitos aleatórios é eficiente; H_a = só os estimadores de efeitos fixos são consistentes.

A tabulação dos dados foi feita com a utilização do programa *Microsoft Excel versão 2007,* os procedimentos estatísticos e análise empírica foram realizados através do *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 13.0.*

2.5 PROPOSTA DE ANÁLISE

Ao buscar-se encontrar evidências de ciclos políticos eleitorais no comportamento das finanças públicas municipais do Estado de Minas Gerais, utilizou-se o método sequencial para definir-se as variáveis componentes dos modelos de análise, pelo qual a equação de regressão é estimada com um conjunto de variáveis a partir do acréscimo ou eliminação seletiva das mesmas, até que seja obtida uma medida de critério geral (BRUNI, 2009).

A operacionalização do método sequencial, por meio do software *SPSS,* efetuou-se através do comando *Stepwise,* cuja finalidade é estabelecer uma forma funcional considerando apenas as variáveis aprovadas pelo teste de significância.

A escolha do modelo recaiu sobre a equação que apresentou o valor mais alto do coeficiente de determinação que, segundo Hair (2005), representa a proporção da variância da variável dependente em torno de sua média, que é explicada pelas variáveis independentes, levando em consideração que, quanto maior for o R^2 maior será o poder de explicação da equação de regressão e, portanto, melhor será o poder preditivo das variáveis independentes. Considerou-se também o menor valor obtido para o erro padrão, como forma de aumentar a precisão das estimativas.

Além disso, utiliza-se para análise o coeficiente de determinação ajustado, pois este considera o número de variáveis independentes incluídas no modelo e o tamanho da amostra.

Assim, com o objetivo de encontrar evidência de ciclos políticos no comportamento dos gastos públicos municipais do Estado de Minas Gerais, no período de 2000 a 2008, propôs-se a forma funcional 1:

$$\mathbf{Y_{it}} = \beta_0 + \beta 1\mathbf{RORÇ}_{i,t} + \beta 2\mathbf{PIBPER}_{i,t} + \beta 3\mathbf{EST}_{i,t} + \beta 4\mathbf{MAT}_{i,t} + \beta 5\mathbf{CONS}_{i,t} + \beta 6\mathbf{ELEI}_{i,t} + \beta 6\mathbf{PRELEI}_{i,t} + \beta 6\mathbf{POSELEI}_{i,t} + \beta 7\mathbf{GOV}_{i,t} + \beta 8\mathbf{PRES}_{i,t} + \mathbf{f_i} + \upsilon\mathbf{it}$$

Onde $\mathbf{Y_{it}}$ são as variáveis dependentes que se deseja verificar; **RORÇ** é a receita orçamentária municipal *per capita*; **PIBPER** é o PIB municipal *per capita,* **EST** é o número de estabelecimentos de ensino municipais; **MAT** é o número de matrículas em estabelecimentos de ensino municipais; **CONS** é o número de consultas por habitantes; **ELEI, PRELEI** e **POSELEI** são variáveis ***dummy*** que indicam os anos eleitoral, pré-eleitoral e pós-eleitoral, assumindo valor igual a 1 caso corresponda ao ano de interesse eleitoral considerado e 0 caso contrário; **GOV** e **PRES** são variáveis ***dummy*** que representam a existência de alinhamento político entre o prefeito e o governador/presidente, assumindo valor igual a 1, caso haja coincidência partidária com a esfera de poder político considerada, e 0 caso contrário.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

As estatísticas descritivas compreendem a apresentação as informações sobre médias e desvio-padrão das variáveis e dados envolvidos no estudo, conforme apresentado na tabela 1.

TABELA 1 – Estatísticas Descritivas – Municípios do Estado de Minas Gerais.

Variável	Mínimo	Máximo	Média	D Padrão

Despesa Orçamentária	15,74	33.433,26	642,55	909,57
Receita Orçamentária	1,57	8.984,92	631,61	471,20
Gasto Social	182,68	48.393,62	481,66	1.525,58
Gasto Econômico	19,75	9.263,98	328,26	267,20
PIB *per capita*	1,03	287,44	6,82	12,00
Nº de Escolas	1,00	303,00	17,21	21,24
Nº de Matrículas	15,00	174.162,00	2.303,28	7.677,20
Nº de Consultas	0,00	26,39	2,06	1,22

A despesa orçamentária média foi R$ 642,55 (seiscentos e quarenta e dois reais, cinquenta e cinco centavos), desvio-padrão de R$ 909,57 (novecentos e nove reais, cinquenta e sete centavos), amplitude total de R$ 33.417,52 (trinta e três mil, quatrocentos e dezessete reais, cinquenta e dois centavos) o que mostra a elevada heterogeneidade entre os dados, devido, em parte, ao número de municípios e diferentes estágios temporalmente que se encontram, considerando-se a extensão e diversidade do Estado de Minas Gerais.

Em relação à Receita Orçamentária, a média foi de R$ 631,61 (seiscentos e trinta e dois reais, sessenta e um centavos), com desvio padrão de R$ 471,20 (quatrocentos e setenta e um reais, vinte centavos) e amplitude total de R$ 8.983,35 (oito mil, novecentos e oitenta e três reais, trinta e cinco centavos), o que mostra considerável diversidade entre os dados, em decorrência também das diferentes características encontradas no Estado de Minas Gerais. Tendo o valor mínimo de R$ 1,57 (um real, cinquenta e sete centavos) e o valor máximo de R$ 8.984,92 (oito mil, novecentos e oitenta e quatro reais, noventa e dois centavos), indica um período em que a arrecadação dos municípios esteve com um valor consideravelmente baixo, comprometendo em parte os investimentos e aplicações dos municípios.

A média de gastos sociais foi de R$ 481,66 (quatrocentos e oitenta e um reais, sessenta e seis centavos), com desvio-padrão de R$ 1.525,58 (um mil, quinhentos e vinte e cinco reais, cinquenta e oito centavos) e amplitude de R$ 48.210,94 (quarenta e oito mil, duzentos e dez reais, noventa e quatro centavos) decorrente de um gasto mínimo da ordem de R$ R$ 182,68 (cento e oitenta e dois reais, sessenta e oito centavos) e máximo de R$ 48.393,62 (quarenta e oito mil, trezentos e noventa e três reais, sessenta e dois centavos), indicando, no mesmo sentido que a despesa e receita orçamentária, uma heterogeneidade alta dos dados, decorrentes em parte das diferenças apresentadas pelos diversos municípios e regiões do Estado de Minas Gerais.

O desvio-padrão denota uma diferença de aplicação nas funções sociais entre os municípios considerados bastante acima da média, o que decorre, em parte, além das diferenças regionais, dos posicionamentos político-ideológicos e demandas sociais diferenciadas. O valor encontrado de amplitude nos gastos sociais denota períodos em que tais funções de despesa tiveram aplicações bastante acima da média e outros nas quais tais gastos receberam poucos recursos.

Os gastos econômicos médios foram da ordem de R$ 328,26 (trezentos e vinte e oito reais, vinte e seis centavos) e um desvio-padrão de R$ 267,20 (duzentos e sessenta e sete reais, vinte centavos), demonstrando uma diferença de aplicação em funções econômicas entre os municípios abaixo da média de aplicação, o que denota uma menor diversidade político-ideológica e demanda em tais itens de investimentos. O valor mínimo de R$ 19,75 (dezenove reais, setenta e cinco centavos), valor máximo de R$ 9.263,98 (nove mil, duzentos e sessenta e três reais, noventa e oito centavos), demonstra uma diferença de aplicação em funções econômicas no período analisado discrepante, o que pode ser decorrente da abertura de novas funções estatais consideradas em tal classificação, bem como o aumento de tecnologia e de possibilidades comerciais, industriais e de serviços, ocorridas com o processo crescente de globalização.

Ainda conforme as informações apresentadas na tabela 1, o PIB *per capita* tem a média de R$ 6,82 (seis reais, oitenta e dois centavos) por habitante nos municípios considerados, e o desvio-padrão de R$ 12,00 (doze reais) corrobora com a existência de heterogeneidade econômica existente entre as cidades do estado de Minas Geais, decorrente da extensão do mesmo e das diferenças regionais acentuadas. A amplitude de R$ 286,41 (duzentos e oitenta e seis reais, quarenta e um centavos) é decorrente da variação ocorrida entre os períodos considerados, sendo o valor mínimo de R$ 1,03 (um real, três centavos) pertencente ao município de Prata, no ano de 2002, e o valor máximo de R$ 287,44 (duzentos e oitenta e sete reais, quarenta e quatro centavos) do município de Pedro Teixeira, também no ano de 2002.

O número de estabelecimentos de ensino municipais médio é de 17 escolas, com uma dispersão de 21 estabelecimentos por município, decorrente da diferença de pessoas em idade escolar, advinda da diversidade de tamanho e número de habitantes. A amplitude de 302 estabelecimentos de ensino é decorrente, além das diferenças consideradas entre os municípios estudados, ao aumento de oferta de serviços nesta área é em parte explicado pelo atendimento a programas governamentais voltados para a educação.

Quanto ao número de matrículas, a média fica no patamar de 2.303 matrículas por município, considerando-se um desvio-padrão discrepante de 7.677 matrículas, e tal diversidade decorre do número de pessoas residentes em cada município, dado seu tamanho. Em relação à diferença entre o menor e maior valor de matrículas na ordem de 174.147 matrículas, o elevado grau de amplitude é decorrente, em parte, do aumento no número de pessoas que passaram a ter acesso à educação em decorrência do estabelecimento de programas governamentais voltados para essa área, dos quais os municípios são parte integrante. O menor valor de matrículas no período, tendo sido de 15 (quinze) é do município de Duradoquara, em 2004, e o valor máximo, de 174.162 matrículas é do município de Belo Horizonte, no ano de 2000.

Na área da saúde, a média é de 2 consultas por habitante nos municípios considerados, com um desvio-padrão de 1 consulta por habitante, podendo-se considerar equilibrada a dispersão dessa variável. O número mínimo de consultas igual a 0 (zero), referente aos municípios de Goiana, em 2003, e Acaiaca, em 2002, demonstra um período em que a busca por serviços de saúde era feita em cidades próximas e que apresentavam um quadro de profissionais e estrutura considerados melhor. O valor máximo de consultas por habitante da ordem de 26 (vinte e seis) refere-se ao município de Engenheiro Caldas, em 2006.

3.2 DESPESA ORÇAMENTÁRIA COMO VARIÁVEL DEPENDENTE

O item Despesa Orçamentária refere-se à totalidade de despesas municipais, englobando os itens de custeio e investimento aos quais foram destinados recursos públicos.

Os resultados para a despesa orçamentária evidenciam a presença de ciclos políticos bem definidos, caracterizados por elevações durante os anos eleitorais e quedas nos anos pós-eleitorais, conforme tabela 2.

A regressão aponta para um elevado poder explicativo da equação, com o valor de R^2 ajustado equivalente a 0,827, o que sugere que a explicação do comportamento das despesas orçamentárias é estabelecida em 82,70% pelas variáveis de controle.

TABELA 2 – Despesa Orçamentária como variável dependente.

Variável	Coef.	Erro Pad.	T	Sig	Tol.	VIF
CONSTANT	20,152	26,187	-4,217	0,000		
RORÇ	1,453	0,024	71,763	0,000	0,874	1,145
PIBPER	-3,010	0,723	-7,127	0,000	0,908	1,101
EST	2,381	0,652	3,439	0,000	0,377	2,655
MAT	-0,010	0,008	-2,867	0,000	0,033	3,768
CONS	-5,587	6,915	-4,735	0,000	0,877	1,023
PRELEI	14,252	25,414	-2,786	0,014	0,642	1,559
ELEI	38,709	23,563	-3,297	0,019	0,598	1,673
POSELEI	-13,711	24,918	-2,512	0,025	0,896	5,893
GOV	8,275	19,458	1,227	0,038	0,854	6,012
PRES	9,923	18,523	1,325	0,035	0,863	6,156
R	**R^2**	**R^2 Ajustado**	**F**	**D.W.**	**KM**	**White**
0,909	0,827	0,810	37,164 (0,000)	1,937	2,636 (0,063)	0,025 (0,975)

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Os resultados obtidos com os testes estatísticos propostos para averiguação de qualidade do modelo sugerem a validade da equação de regressão. O resultado do teste de Kolmogorov-Smirnov apresenta o p-valor de 0,063, indicando que a hipótese nula não foi rejeitada e, portanto, a distribuição dos resíduos é normal a um nível de confiança de 95%. Quanto ao fato da variância dos resíduos ser constante, o teste de White aponta um p-valor de 0,975, indicando que o modelo é homocedástico. Como o valor de Durbin-Watson é equivalente a 1,937 e estando o resultado estatístico próximo de 2, a hipótese de não existência de correlação serial entre os resíduos é aceita. No que diz respeito à existência de correlação significativa entre as variáveis explicativas, os resultados obtidos pelo indicador de Tolerância ficaram entre 0,10 e 1; enquanto a medição pelo Fator de Inflação da Variância (VIF) apurou valores entre 1 e 10, indicando multicolinearidade aceitável entre as variáveis consideradas no modelo.

Os resultados sugerem que, para cada R$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R$ 1,45, indicando um gasto superior em R$ 0,45 aos recursos existentes, o que aponta para déficit orçamentário. O aumento de R$ 1,00 no PiB *per capita* implica na redução de R$ 3,01 na despesa orçamentária, sugerindo que a elevação de renda e condições de vida da população impactam inversamente nos gastos governamentais. No que diz respeito aos estabelecimentos de ensino municipais, os resultados apontam que, para cada acréscimo de R$ 1,00 nos gastos com estabelecimentos de ensino municipal, há um aumento de R$ 2,38 na despesa orçamentária. Quanto ao número de matrículas efetuadas em estabelecimentos de ensino municipais, observa-se uma relação inversa, ou seja, para cada matrícula efetuada, as despesas diminuem em R$ 0,10. Tal direcionamento também é observado na relação entre o número de consultas por habitantes, cujo aumento na utilização do serviço implica em queda de R$ 5,58.

No que tange aos anos de interesse eleitoral, os resultados obtidos assemelham-se ao encontrado em Nagakuma (2006); no período pré-eleitoral houve aumento de R$ 14,25 nas despesas totais e no período eleitoral a elevação nos gastos públicos sugerem um acréscimo de R$ 38,70, seguidos da redução de R$ 13,71 no período imediatamente após a eleição, indicando, possivelmente, ajustes fiscais cíclicos, implementados a curto prazo, nos períodos após as eleições, por serem mais favoráveis politicamente.

Em relação ao alinhamento político com o governador e o presidente, os resultados encontrados divergem de Cossio (2002), apontando para um aumento de R$ 8,27 nos gastos municipais quando há coincidência partidária com o governo do Estado e de R$ 9,92 quando o prefeito pertence à mesma coligação do presidente da república, o que pode indicar algum tipo de pacto ideológico pelo qual os prefeitos são beneficiados com recursos para aplicação em investimentos que aumentem sua visibilidade política e, ao vencerem as eleições, tornam-se grandes propagadores das ações efetuadas pelo governador e/ou presidente.

3.3 GASTOS SOCIAIS COMO VARIÁVEL DEPENDENTE

O item Gastos Sociais refere-se às despesas efetuadas com as seguintes funções de governo: Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Saneamento, Educação, Cultura, Urbanismo e Habitação.

Segundo os resultados apresentados na tabela 3, as estimativas obtidas para os Gastos Sociais apontam para existência de ciclos políticos, com um aumento bastante significativo desta natureza de despesas nos anos eleitorais e diminuição no período pós-eleitoral.

Os resultados da regressão sugerem que o modelo explica 79,70% das variações ocorridas nos gastos sociais, com valor de R^2 ajustado equivalente a 0,797 e significância estatística de 73,99%.

TABELA 3 – Gastos Sociais como Variável Dependente.

Variável	Coef.	Erro Pad.	T	sig	Tol.	VIF
CONSTANT	17,471	53,117	-9,151	0,000		
RORÇ	1,853	0,049	45,468	0,000	0,877	1,149
PIBPER	-5,025	1,246	-8,981	0,000	0,913	1,111
EST	6,344	1,113	4,994	0,000	0,379	2,685
MAT	-0,021	0,018	-3,576	0,000	0,038	3,738
CONS	-3,510	13,970	-6,463	0,000	0,877	1,036
PRELEI	9,188	51,456	-0,714	0,014	0,656	1,569
ELEI	38,926	47,815	3,049	0,020	0,584	1,685
POSELEI	-18,489	52,016	3,176	0,026	0,672	1,567
GOV	6,280	47,814	1,913	0,039	0,804	1,810
PRES	5,710	43,569	1,896	0,036	0,798	1,811

R	R^2	R^2 Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,924	0,853	0,797	26,012 (0,000)	1,718	2,385 (0,057)	0,027 (0,994)

Observações: *p-valores* entre parênteses.

A validação do modelo estatístico foi feita por meio dos testes estatísticos propostos, os quais apontaram para qualidade da equação de regressão. O teste de Kolmogorov-Smirnov, aplicado para verificação de normalidade dos resíduos, sugere o atendimento ao pressuposto, com o p-valor de 0,057 indicando que a distribuição dos resíduos é normal, com um nível de confiança de 95%. O teste de White

indica a existência de homocedasticidade, com um p-valor de 0,994. Quanto à existência de autocorrelação serial entre os resíduos, o pressuposto é atendido e o valor de Durbin-Watson equivale a 1,718. Os indicadores de Tolerância e do Fator de Inflação da Variância apresentaram-se nas faixas consideradas toleráveis à multicolinearidade.

Os resultados sugerem que, para cada R$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os gestores gastam R$ 1,85 com as despesas referentes à função social do município, o que demonstra o quanto essa natureza de gastos está acima dos recursos existentes. O aumento do PiB *per capita* em R$ 1,00 faz com que os gastos sociais decresçam em R$ 5,02, indicando que um maior nível de renda e melhor condições de vida da população leva à redução da necessidade de gastos em funções assistencialistas. Quanto aos estabelecimentos de ensino municipais, os resultados apontam, como era de se esperar, para um considerável acréscimo de R$ 6,34 para cada nova escola. Em relação ao número de matrículas efetuadas e consultas feitas, observa-se uma relação inversa, pois o valor é reduzido R$ 0,21 para cada matrícula e R$ 3,51 para cada consulta, mostrando que tais direcionamentos são idênticos ao comportamento da despesa orçamentária e corroborando com a sugestão de que há redução de gastos quando o dispêndio é feito em atendimento a um maior número de indivíduos e/ou de serviços unitários. No que tange aos anos de interesse eleitoral, os resultados obtidos apontam para presença de ciclos políticos, havendo elevações de R$ 9,18 no período pré-eleitoral e de R$ 38,92 no período eleitoral, seguidas da redução de R$ 18,48 no ano pós-eleitoral, caracterizando o "efeito lua-de-mel[3]".

3.4 GASTOS ECONÔMICOS COMO VARIÁVEL DEPENDENTE

Os Gastos Econômicos referem-s às funções: Trabalho, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Relações Exteriores.

As estimativas obtidas para os Gastos Sociais apresentaram redução durante os anos pré-eleitoral e pós-eleitoral, e um aumento pouco expressivo no período eleitoral, o que pode significar ajustes nas contas públicas em decorrência dos significativos aumentos ocorridos em outras rubricas não incluídas neste item, conforme resultados apresentados na tabela 4.

A regressão aponta para um bom poder explicativo do modelo da ordem de 77,30%, cujo R^2 ajustado, apresenta o índice de 0,773 e significância estatística de 62,09%.

TABELA 4 – Resultados: Gastos Econômicos como Variável Dependente.

Variável	Coef.	Erro Pad.	t	sig	Tol.	VIF
CONSTANT	-0,281	9,779	17,813	0,000		
RORÇ	1,553	0,009	12,274	0,000	0,893	1,145
PIBPER	-1,172	0,271	5,679	0,000	0,911	1,101
EST	0,032	0,229	-4,913	0,000	0,374	2,655
MAT	3,212	0,005	0,819	0,000	0,039	3,768
CONS	10,091	2,537	2,431	0,000	0,863	1,023
PRELEI	-24,095	9,182	5,419	0,022	0,672	1,559
ELEI	6,230	8,379	5,253	0,029	0,587	1,673
POSELEI	-16,312	9,187	2,787	0,039	0,645	1,566
GOV	-1,217	10,236	1,629	0,046	0,804	1,715
PRES	-1,826	12,569	1,701	0,034	0,812	1,736
R	**R^2**	**R^2 Ajustado**	**F**	**D.W.**	**KM**	**White**
0,903	0,815	0,773	37,913 (0,000)	1,903	2,317 (0,065)	0,029 (0,991)

Observações: *p-valores* entre parênteses.

A validade da equação de regressão, testada por meio dos procedimentos estatísticos propostos, apontou para a qualidade do modelo. O pressuposto de normalidade dos resíduos foi atendido, conforme indicado pelo teste de Kolmogorov-Smirnov, cujo p-valor encontrado é de 0,065. A existência de heterocedasticidade foi rejeitada, cujo teste de White apresentou um p-valor de 0,991. O teste de Durbin-

[3] "Efeito lua-de-mel" corresponde ao termo utilizado no campo político para indicar o aumento significativo de gastos no período eleitoral com vistas ao sucesso nas urnas e a redução dos mesmos no período pós-eleitoral, por representar uma melhor estratégia política.

Watson resultante em 1,903 aponta para não existência de autocorrelação entre os resíduos. A existência de correlação elevada entre as variáveis explicativas foi rejeitada pelo teste de Tolerância, com valores entre 0,10 e 1 para as variáveis consideradas, e o Fator de Inflação da Variância apresentou indicadores na faixa de 1 a 10, indicando ambos os resultados a existência de multicolinearidade tolerável.

Os gastos econômicos diminuem em R$ 0,28 para cada R$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, indicando que os governantes economizam para aplicação em outras funções ou para possível abertura de créditos adicionais utilizando os saldos de tais rubricas. No que tange ao PIB *per capita*, o aumento de R$ 1,00 na renda da população implica em uma redução de R$ 1,17 em funções econômicas, sugerindo que o aumento na riqueza do município e na renda da população estão diretamente relacionados às despesas efetuadas em áreas pertinentes ao desenvolvimento econômico local. Quanto aos estabelecimentos de ensino municipais há o aumento de R$ 0, nos gastos econômicos, referindo-se tal acréscimo, possivelmente, ao aumento de despesas com energia, ciência, desporto e lazer. Em relação ao número de matrículas e consultas feitas, observa-se um aumento de R$ 3,21 e R$ 20,09 respectivamente nas despesas com funções econômicas, cujo direcionamento é contrário ao encontrado para despesas orçamentárias e gastos sociais, o que pode indicar que, apesar do dispêndio efetuado especificamente com algumas funções apresentar-se menor quanto maior o número de indivíduos atendidos e serviços prestados, os gastos indiretos necessários à manutenção e funcionamento de tais itens acabam elevando-se.

Quanto à existência de ciclos políticos, os resultados não são significativos para apontar sua presença, havendo um ligeiro aumento de gastos dessa natureza no período eleitoral – R$ 6,23, e redução no período pré e pós-eleitoral. Em relação ao alinhamento político com o governador, os resultados apontam para a redução de R$ 1,21 nos gastos com funções econômicas e, no mesmo sentido, a coincidência partidária como o governo federal impacta no decréscimo de R$ 1,82 em despesas desta natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou investigar a existência de ciclos eleitorais nos gastos públicos dos municípios do estado de Minas Gerais.

Os dados utilizados para a operacionalização do trabalho foram obtidos a partir de fontes secundárias, os quais foram tratados por meio de análise quantitativa, especificamente com a utilização de modelos econométricos.

Para o desenvolvimento deste trabalho, procedeu-se o levantamento bibliográfico sobre o papel do Estado sob a ótica jurídica e econômica. Além disso, estudou-se Orçamento Público e as Finanças Públicas como forma de planejamento da ação governamental e os recursos para ações.

Os resultados obtidos a partir dos testes realizados sugerem que houve aumento nas despesas municipais no período eleitoral, permitindo demonstrar que para os municípios mineiros o calendário eleitoral exerce influência significativa sobre os gastos públicos.

A receita orçamentária é a variável explicativa que mais influi no aumento dos gastos públicos, corroborando com o fato de que o montante de despesas está diretamente associado aos recursos disponíveis.

Nos modelos em que a despesa orçamentária e os gastos sociais constituem-se nas variáveis dependentes, há redução de ambos em relação à oferta de bens sociais (consultas, matrículas e estabelecimentos de ensino) no período pós-eleitoral, enquanto há evidências significativas de elevação dos mesmos nos anos pré-eleitorais e eleitorais, enquanto para o período pós-eleitoral os resultados demonstram a diminuição do volume de gastos, o que sugere um ajuste fiscal de curto prazo, como forma de compensar o excesso de despesas nos períodos anteriores. Outro fator que apresenta-se como determinante para o aumento de gastos orçamentários e sociais é o alinhamento político do gestor local com o governador do Estado e o presidente da república.

Em relação aos gastos econômicos, há tendência à sua elevação frente ao aumento da oferta de serviços públicos sociais, enquanto no ano pré-eleitoral os resultados apontam para sua significativa diminuição. No período eleitoral, o incremento dos gastos econômicos é irrelevante quando comparado com o acréscimo das despesas orçamentárias e dos gastos sociais. No que tange ao fato do prefeito pertencer à mesma ideologia partidária do governador e do presidente, os resultados apontam para a redução nos gastos econômicos.

Os resultados obtidos, para o modelo que tem os gastos sociais como variável dependente, indicam que os gastos sociais, tais como educação, assistência e previdência social e saúde representam as funções que mais sofrem oscilações nos períodos eleitorais, talvez por representarem os serviços públicos de maior interesse coletivo e visibilidade social.

As despesas orçamentárias, talvez fortemente impactadas pelos gastos públicos sociais, apresentam significativa variação no período eleitoral, caracterizando também o ciclo político orçamentário:

aumento nos anos pré-eleitoral e eleitoral e redução no ano pós-eleitoral, para ajuste dos gastos nos períodos anteriores.

Os resultados obtidos no estudo permitem observar que há a tendência à geração de ofertas de bens e serviços públicos acima do que seria ideal, indicando oportunismo nas ações dos agentes políticos, que visam manter-se no poder e maximizar sua carreira pública, decidindo com base em seus interesses individuais.

Nesse sentido, é possível verificar que quanto mais recursos previstos no orçamento público, maiores são os gastos públicos para atendimento às demandas acima do necessário, o que representa uma origem de capital político significativa e aumenta as chances dos gestores conseguirem a própria reeleição ou eleger seu sucessor. No que diz respeito à escolha dos eleitores, pode-se inferir que, a escolha da maioria, economicamente desfavorecida, irá agir racionalmente em sua escolha de voto, considerando o aumento da despesa pública como um benefício que aumenta o emprego e a renda.

As evidências empíricas que foram encontradas neste estudo conduzem à conclusão de que os dirigentes governamentais podem agir com vistas ao atendimento de interesses políticos ao invés de atender às demandas reais.

Portanto, pode-se afirmar que o objetivo proposto foi atingido, apresentando resultados que se assemelham a outros estudos nesta linha e confirmando a existência de ciclos políticos eleitorais nos municípios de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

ALESINA, A. Macroeconomic Policy in a Two Party System as a Repeated Game. **Quaterly Journal of Economics**, v.102, p.651-78, 1987.

BANCO DE DADOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – DATASUS. **Indicadores de Saúde.** Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acessos em: 12 abr. 2009; 17 ago. 2009; 20 jul. 2010.

BRASIL. Constituição Federal (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil:** 1988. Disponível em: <http:/www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03 out. 2009.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http:/www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03 out. 2009.

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http:/www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03 out. 2009.

BRUNI, A. **SPSS aplicado à Pesquisa Acadêmica.** São Paulo: Atlas, 2009.

CANÇADO, P.; ARAUJO JR, A. Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais – 2000. **Ibmec MG Working Paper** – WP26. 2004.

COSSIO, F. **Ensaios sobre Federalismo Fiscal no Brasil.** Tese (Doutorado em Economia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

FIALHO, T. Ciclos Políticos: Uma Resenha. **Revista de Economia Política.** v. 19, n. 2, p. 131-149. abr./jun. 1999.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GUJARATI, D. **Econometria Básica.** New York, McGraw, Hill, 1995.

HAIR JR., J. ; BABIN, B.; MONEY, A.; SAMUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR JR, J. ; ANDERSON, R.; TATHAM, R. ; BLACK, W. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HIBBS, D. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**, v.71, n.4, p.1467-1487, 1977. Disponível em: <http://ideas.repec.org>. Acesso em: 25 mar. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <http//www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 mai. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativas da população para 1º de julho de 2009.** Brasília, 2010. Disponível em: <http//www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 set. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por amostras de domicílios 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http//www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 set. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades.** Disponível em: <http//www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 set. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Microdados da Educação.** Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acessos em: 12 abr. 2009; 17 ago. 2009; 20 jul. 2010.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELO, L. **Os determinantes políticos das finanças estaduais no Brasil, 1986-2002.** Tese (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

MENEGUIN, F.; BUGARIN, M. Reeleição e Política Fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos**. Economia Aplicada**, v. 7, n. 3, 2001.

NAKAGUMA, M. **Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais:** um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2006.

NORDHAUS, W. The Political Business Cycle. **Review of Economic Studies**, Bristal, England, v.42, p.169-190, abr. 1975. Disponível em: <http://ideas.repec.org>. Acesso em: 28 mar. 2009.

OLIVEIRA, K. **Os ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil para os municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998/2006.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PREUSLLER, A. **Um estudo empírido dos ciclos político econômicos no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

REZENDE, F. **Finanças pública**s. São Paulo, Atlas, 2001.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and Macroeconomic Policy Cycles. **The Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988. Disponível em <http://ideas.repec.org>. Acesso em 23 mar. 2009.

ROGOFF, K. Equilibrium Political Budget Cycles. **The Review of Economic Studies,** v. 80, n. 1, p. 21-36, 1990. Disponível em: <http://ideas.repec.org>. Acesso em: 23 mar. 2009.

SAKURAI, S. **Political business cycles:** procurando evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 – 2001). Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2004.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL/MINISTÉRIO DA FAZENDA. 2000. **Finanças do Brasil – FINBRA**. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br>. Acessos em: 12 abr. 2009; 17 ago. 2009; 20 jul. 2010.

TRIOLA, M. **Introdução à Estatística.** Rio de Janeiro: LTC. 2008.

VERGARA, S. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.